

**O CONCEITO DE PARADIGMA NA GEOGRAFIA: limites,  
possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia  
agrária<sup>i</sup>**

**THE CONCEPT OF PARADIGM IN GEOGRAPHY: limitations,  
opportunities and contributions to the interpretation of the agrarian  
geography**

**Janaina Francisca de Souza Campos**

Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual  
Paulista (Unesp), *Campus* de Presidente Prudente  
janadageo.unesp@yahoo.com.br

**Bernardo Mançano Fernandes**

Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA  
Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, Universidade  
Estadual Paulista (Unesp), *Campus* de Presidente Prudente  
bmfunesp@terra.com.br

**Resumo**

Neste artigo, buscamos refletir sobre a abordagem paradigmática do conhecimento geográfico a partir da proposta elaborada por Thomas Samuel Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, escrita em 1962. Embasado no método dialético e no princípio da superação, o conceito de paradigma ganha centralidade a *partir* da retomada das considerações kuhnianas. Todavia, em meio às especificidades da Geografia, o conceito é (re)discutido através de duas questões principais: a incomensurabilidade das tradições científicas e o sentido concedido ao conceito durante o período da *ciência normal*. A partir dessas duas questões, procurou-se estabelecer um diálogo crítico com o referencial kuhniano que, em nossa avaliação, permite efetuar fecundas reflexões que apontam para os limites, possibilidades e contribuições que a abordagem paradigmática traz à Geografia Agrária. Mesmo sem partilhar do mesmo alinhamento, acreditamos que junto com outros referenciais o pensamento kuhniano é capaz de auxiliar na leitura sobre a diferencialidade paradigmática, elemento fundamental para a compreensão do pensamento geográfico.

**Palavras-chave:** Paradigma, Kuhn, Geografia, Multiplicidade paradigmática.

### **Abstract**

In this article, we reflect on the paradigmatic approach of geographical knowledge from the proposal made by Samuel Thomas Kuhn in his *The Structure of Scientific Revolutions*, written in 1962. Based upon the dialectical method and the principle of resilience, the concept of paradigm is the core from the resumption of Kuhn's considerations. However, amid the specifics of geography, the concept is discussed again through two main issues: the incommensurability of scientific traditions and the meaning given to the concept during the period of normal science. From these two questions, we tried to establish a critical dialogue with the reference to Kuhn, in our view, allows you to make fruitful discussions that point to the limits, possibilities and contributions that the paradigmatic approach brings to Agrarian Geography. Even without sharing the same alignment, we believe that along with other references kuhnian thinking is able to assist in reading on the differential paradigm, key to the understanding of geographical thought.

**Keywords:** Paradigm, Kuhn, Geography, Paradigmatic multiplicity.

### **Introdução:** a imprescindibilidade do debate paradigmático

Assim como ocorrido com outros conceitos, o conceito de paradigma difundiu-se indiscriminadamente na linguagem corrente, tornando-se polissêmico, alvo de inflações vocábulas e de vícios de linguagem que ampliaram descomedidamente seu uso nas mais diversas áreas do conhecimento (DOMINGUES, 2004). No meio acadêmico, especialmente nas Ciências Humanas, a situação vem repetindo-se, sendo amplamente empregado e suscetível a múltiplas interpretações e leituras. Tal expansão tem ocasionado modismos, dando lugar a empregos desenfreados e transformando o conceito em um puro e simples instrumento de retórica (DOMINGUES, 2004).

No que tange à Geografia, a situação também é semelhante. Muitos pesquisadores vêm recorrendo à utilização do conceito, porém, na maioria das vezes, o seu conteúdo não é explicitado e o processo reflexivo sublimado, convertendo o seu uso numa verdadeira panacéia. Dotado de inúmeros significados, o emprego deste conceito é, atualmente, utilizado de forma confusa, desprovido do devido rigor teórico e metódico que esclareça a abordagem dispensada em suas mais distintas aplicações, tornando-o “filosoficamente obscuro” (MASTERMAN, 1979). Aliás, até mesmo os

principais conceitos que referendam a disciplina apresentam lacunas quando analisado o cunho teórico-metodológico (FERREIRA et al., 2008)<sup>ii</sup>.

Na procura por “desinflacionar” o conceito, realizar considerações mais concisas e descortinar o processo reflexivo, o presente artigo busca refletir sobre os limites, possibilidades e contribuições da abordagem paradigmática para o conhecimento geográfico a partir da proposta elaborada por Thomas Samuel Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, escrita em 1962. Visamos sobressaltar a imprescindibilidade do debate paradigmático, mantendo um diálogo crítico com outros pensadores que se tornaram referência ao dar prosseguimento a esta discussão. Sob esse viés polissêmico, objetiva-se aprofundar o debate paradigmático, esclarecendo, de forma mais detalhada, os limites, possibilidades e contribuições que o conceito enseja à Geografia Agrária a partir de duas questões centrais: o **sentido atribuído ao conceito durante o período da ciência normal** e a **incomensurabilidade das tradições científicas**.

Observando essas duas questões, consideramos impreterível o aprofundamento sobre o estudo do debate paradigmático para outras áreas do conhecimento (KUHN, 2007) e, diferentemente de Kuhn, este texto aponta outro caminho. Sem a pretensão de abranger toda a gama de indagações que envolvem o tema, acredita-se que realizar esta reflexão é crucial para a leitura do enfoque paradigmático na Geografia, pois o uso indevido do conceito através do seu “transplante” às Ciências Humanas provoca sérios problemas de ordem teórico-metodológica para este campo do conhecimento. Ademais, é impossível não creditar a Kuhn o ineditismo e a notoriedade que a publicação da obra ganhou, já que foi com o estudioso, em 1962, que o conceito alcançou destaque e prestígio no meio acadêmico.

Realizar esse esforço reflexivo em favor da imprescindibilidade do debate paradigmático a partir dessas duas questões implica em retomar, de maneira coerente e consciente, a natureza do conceito através do princípio dialético da superação. A superação fundamenta-se como um princípio necessário e último para a condução do movimento do conhecimento calcado nesse princípio metódico. Por vezes, este princípio é distorcido, emprestando de determinadas doutrinas apenas as suas qualidades, organizando uma verdadeira “salada de frutas” (LEFEBVRE, 1983, p. 228).

“A verdadeira superação é obtida não através de uma amortização das diferenças (entre as doutrinas e as idéias), mas, ao contrário, *aguçando* essas diferenças.” (LEFEBVRE, 1983, p. 229, grifo do autor). Para tanto, é exigido um reencontro com o passado, pois é somente por intermédio desse retorno que é possível a abolição do termo a ser superado, a partir do seu aprofundamento e o elevando a um nível superior (LEFEBVRE, 1983). Desta forma, considera-se importante aguçar as diferenças que a proposta kuhniana perfaz com a Geografia, endossando o confronto e amadurecendo o processo reflexivo<sup>iii</sup>. Decidir em realizar essa discussão implica em “desconstruir” o conceito de paradigma, reconstruir sua trajetória e desvendar suas origens, problematizando os entraves e as contribuições que o conceito carrega no âmbito da Geografia Agrária. Para isso, optamos em não negá-lo, mas retomá-lo e discuti-lo, elemento necessário ao movimento dialético que o conhecimento prescinde.

Tendo em vista esse debate, o artigo divide-se em três secções: a primeira contextualiza o pensamento kuhniano e mostra a importância do seu pensamento para o conhecimento científico; a segunda faz uma crítica sobre os limites da proposta para a análise geográfica dos estudos do campo, com destaque para dois pontos principais: o significado do conceito de paradigma na ciência normal e a incomensurabilidade das tradições científicas; na terceira e última secção, são tecidas as considerações finais, na qual é apontada a imprescindibilidade da abordagem paradigmática no estudo da Geografia, enfatizando as contribuições e as possibilidades que a proposta traz. Em suma, a questão que orienta esse debate exprime-se na seguinte indagação: o conceito de paradigma, tão recorrente nas Ciências Humanas, contemplaria a Ciência Geográfica? Quais os limites e as possibilidades que a proposta de Kuhn coloca para a análise do pensamento geográfico? Com destaque para a Geografia Agrária, começemos, primeiramente, descortinando e contextualizando o pensamento kuhniano através da abordagem paradigmática.

### O pensamento kuhniano e a sua importância para o conhecimento científico

O conceito de paradigma pode ser entendido em dois momentos diferentes: segundo uma concepção clássica e segundo uma concepção contemporânea. Na primeira e precursora, originária da Grécia (*paradeigma*) com Platão - Teoria das Idéias -, seu significado remete a um modelo, um exemplo, referente às formas e às idéias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Mais tarde, segundo uma concepção contemporânea, o conceito é retomado por Thomas Samuel Kuhn em seu trabalho seminal e pioneiro intitulado *A Estrutura das Revoluções Científicas* (ERC), cuja primeira edição foi publicada no ano de 1962. Neste trabalho, Kuhn delineia outra linha de interpretação sobre a ciência, com a introdução de uma nova proposta para o tratamento das questões concernentes ao desenvolvimento científico. Nesta concepção, o conceito de paradigma ganha centralidade, incluindo um amplo, diverso e disperso espectro de significados. A polissemia surge com o nascimento da própria obra (ERC) que abarcou um extenso rol de sentidos para o conceito. Definitivamente, esse fator foi proeminente para a proliferação indiscriminada do seu significado nos demais campos do conhecimento. Masterman (1979) identificou o alto grau de polissemia do conceito e elucidou para 21 diferentes interpretações possíveis. Em meio a essa multiplicidade e na tentativa de delimitar melhor o conceito, no pós-fácio de ERC, Kuhn (2007) substituiu a palavra paradigma por outros dois conceitos: primeiramente é introduzida a idéia de *matriz disciplinar* e, posteriormente, a idéia de *léxico*. Todavia, estes dois conceitos mantiveram a essência da primeira conceituação publicada na década de 1960.

De acordo com a leitura de Kuhn (2007), a história do desenvolvimento da atividade científica é permanentemente guiada por paradigmas de estudo. O paradigma passa por um processo que, sinteticamente, resume-se em duas etapas: *ciência normal* e *ciência extraordinária*. Na primeira, isto é, no período da “ciência normal”, as pesquisas são realizadas sob a condução de um paradigma, em que a prática científica é considerada estável. De maneira acrítica, é neste período que o paradigma é consolidado, de maneira que lhe é incumbido a tarefa de resolver questões e problemas previamente definidos, denominados por Kuhn (2007) de *quebra-cabeças*. No entanto, com o tempo, em razão do próprio movimento da realidade, surgem novos e expressivos

fenômenos que não podem ser resolvidos pelo paradigma vigente, chamados de *anomalias* e que ocasionam o abandono da *ciência normal*. É através da *anomalia* que é possível penetrar em novos e desconhecidos processos investigativos, elemento estrutural no processo de reestruturação da ciência. Conseqüentemente, na tentativa de preencher essa lacuna, inicia-se o segundo estágio mencionado, considerado como instável e revolucionário, denominado de *ciência extraordinária*. Semelhante à uma fase de transição e exercendo papel fronteiro entre dois paradigmas, neste momento os preceitos do antigo paradigma sofrem profundas transformações e, para Kuhn, um novo paradigma de estudo substitui o antigo, encetando o período da *ciência extraordinária* e completando o processo de *revolução* da atividade científica. O processo de desenvolvimento científico retorna ao seu período de “normalidade” quando a disputa paradigmática é concluída e é cessado, em caráter provisório, o debate em torno do paradigma a ser adotado. As escolas entram em consenso quase que total, concordando ser uma delas o enfoque mais promissor, dando seqüência, mais uma vez, à *ciência normal*.

Baseado no estudo das chamadas ciências “naturais”, com referência, sobretudo, nas Ciências Exatas – na Física e na Química – o físico norte-americano desenvolveu um estudo baseado na sociologia da ciência, com o objetivo de investigar o modo no qual se apresentara o domínio científico. Sua idéia apoiou-se na construção do conhecimento como um processo dinâmico, marcado por crises e superações, e mediado por constantes transformações, em que o desenvolvimento da ciência não é concebido dentro de princípios baseados na continuidade, mas sim nos mecanismos de ruptura, chamados por Kuhn (2007) de *revoluções científicas*.

Assim, Kuhn é considerado um marco importante na perspectiva do desenvolvimento científico, pois seu pensamento opõe-se a uma concepção de ciência puramente explicativa, tal como vinha sendo defendido e idealizado pelo filósofo Karl Popper. A argumentação popperiana desmistificou uma ciência até então idealizada como definitiva e absoluta, afirmando que as teorias científicas deveriam ser encaradas sempre como provisórias, isto é, que nunca podem ser provadas em sua totalidade. Seu pensamento baseia-se na relatividade do conhecimento científico, em que uma hipótese, para ser científica, deve se sujeitar a testes que levem a sua refutação e nova explicação

(POPPER, 1972), em que o conhecimento, assim como as espécies, evolui por meio da difusão e correção das teorias (FREITAS, 1998). Procurando entender o desenvolvimento da atividade científica e ancorado na idéia de paradigma, Kuhn (2007) propõe uma alternativa a esta visão e discorda das postulações poperianas. O modelo de desenvolvimento da ciência proposto por Kuhn transcende os limites da lógica positivista, compreendendo essa atividade como parte de uma prática social compartilhada, que seleciona e direciona quais questões serão tratadas, bem como as formas ou procedimentos adotados para a sua resolução. Sua proposição defende que o desenvolvimento de uma ciência não se restringe apenas à observação dos fenômenos e dos critérios embasados na lógica e na refutação, mas que se trata de uma “[...] atitude governada por hábitos, de solução-de-enigmas, e não de uma atividade fundamentalmente perturbadora ou falseadora [...]” (MASTERMAN, 1979, p. 74).

Para Kuhn, a ciência é inerente a práticas socialmente compartilhadas e progride em meio a um contexto de disputas, crises e rupturas, instigadas pelas comunidades científicas divergentes que levam a ciência ao aprimoramento e ao progresso. É exatamente por desvelar esses processos de tensões e crises, que a mesma supera-se, sempre apresentando melhores níveis de desempenho qualitativo, embora, para Kuhn, qualidade não seja sinônimo de evolução. Ainda, a atividade científica é governada por visões de mundo, cujo embasamento não está fundamentado, apenas, nos critérios experimentais da regularidade e da quantificação, que reduzem a complexidade dos fatos. Guardada as devidas proporções, ao lado de Paul Feyerabend, Kuhn destrói a ortodoxia reinante sobre da natureza da ciência e propõe novos atributos que procuram explicar as mudanças científicas, em que os fatores sociais desempenham um papel determinante (LAUDAN et al., 1993). Partindo desse pressuposto, Kuhn (2007) revelou momentos da atividade científica que até então não haviam sido colocados, expondo a idéia de “deterioração” da ciência (MASTERMAN, 1979, p. 102), o que lhe conferiu originalidade.

Contudo, apesar das suas significativas contribuições que situaram a discussão neste fértil nível interpretativo, acreditamos ser necessário sobressaltar duas questões da proposta kuhniana que merecem a nossa atenção quando analisado o conteúdo do conceito de paradigma para o contexto geográfico: o **sentido concedido ao conceito**

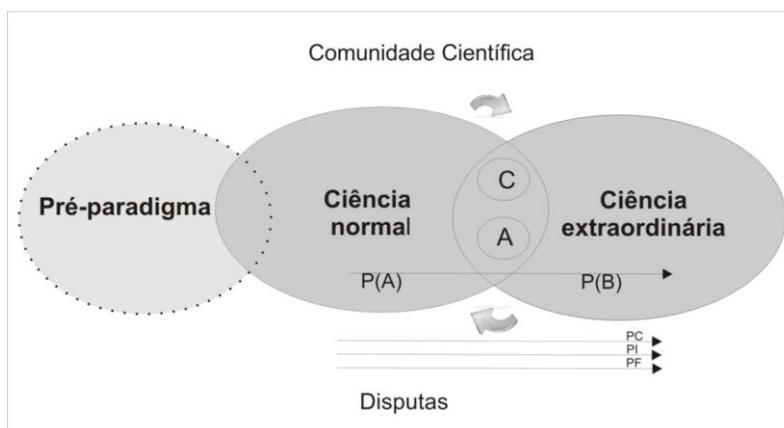
durante o período da *ciência normal*, no qual um paradigma apenas torna-se tal a partir do acordo e consenso da comunidade científica (DOMINGUES, 2004), deixando o desacordo e o dissenso para as áreas mais “humanizadas” do conhecimento. Com isso, Kuhn nega a coexistência de paradigmas em um dado período histórico – com exceção para os períodos de nascimento e crise dos paradigmas; e a **incomensurabilidade das tradições científicas**, de maneira que o novo paradigma é totalmente incompatível com o seu precedente, sem a possibilidade de comunicação. Para a discussão dessas duas questões, serão retomados autores como Fleck, Lefebvre, Parreiras e Condé, influências importantes que auxiliam no estabelecimento de um rico e crítico diálogo com o tema.

**Da crítica à construção:** os limites da proposta kuhniana para a análise da Geografia

*O significado do conceito de paradigma na ciência normal*

A primeira questão proposta para a reflexão refere-se à atribuição dada ao conceito de paradigma no período da *ciência normal*. Embora Kuhn interprete o conhecimento científico como uma prática em meio à transformações, sua proposição enclausura a ciência em etapas, isto é, num modelo explicativo contido e rígido, composto por início, meio e fim pré-determinados em que as ciências se situariam, sem que possa haver, dentro da *ciência normal*, a existência de mais de um modelo interpretativo para a realidade – paradigma. A concorrência paradigmática é concebida por Kuhn apenas no momento que precede uma revolução, ou seja, no momento de crise ou nascimento de uma ciência – período pré-paradigmático. Neste ponto, temos que admitir que a proposta de Kuhn “[...] não ultrapassa por completo uma visão evolucionista e cumulativa do desenvolvimento da ciência [...]” (RAMOS, 1994, p. 341), embora tenha atingido êxito ao expor os processos de ruptura existentes em seu interior.

A proposta é análoga a um ciclo (esquema 1), de modo que os acontecimentos se repetem em uma determinada ordem pré-estabelecida. A seguir, é apresentado um esquema síntese do modelo de desenvolvimento da ciência kuhniano:



**Figura 1: Modelo esquemático de desenvolvimento da ciência segundo a proposta kuhniana**  
Fonte: Adaptação do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2007). KUHN, Thomas  
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Como demonstrado no esquema acima, para Kuhn, a cada passagem da “ciência normal” para a “ciência revolucionária”, existe espaço para apenas **um paradigma**, isto é, não há a possibilidade da multiplicidade paradigmática, passando de P (A) a P (B), acompanhados pelo paradigma científico (PC), pelo paradigma instrumental (PI) e pelo paradigma filosófico (PF). O período “pré-paradigmático” é a etapa na qual a ciência comportaria a multiplicidade. A “crise” (C) e a “anomalia” (A) estão alocadas na confluência dos dois períodos, haja vista que são intrínsecas ao desenvolvimento da atividade científica.

Na consolidação rumo à *ciência normal*, Kuhn (2007) enfatiza que neste momento apenas um paradigma pode ser considerado como tal, sendo este compartilhado por todos - ou pelo menos pela grande parte - os membros de uma comunidade científica:

[...] Quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes da ciência da geração seguinte, as **escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente**. Seu desaparecimento é em parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma. Mas sempre existem alguns que se aferram a uma ou outra das concepções mais antigas; são simplesmente **excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados**. O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos (KUHN, 2007, p. 39, grifo nosso).

Se partirmos desta visão, toda a forma de conflito teórico-metodológico existente na Geografia definharia, pois seria aceito, a cada momento histórico, a presença de apenas um único paradigma para o encaminhamento da atividade científica normal. Mas, será que a Geografia, assim como as Ciências Humanas, assistiram esse mesmo processo relatado por Kuhn, com a proeminência de um paradigma sobre o conhecimento produzido, esmorecendo e/ou eliminando os demais?

A Geografia, desde a sua gênese, percorreu inúmeros e variados caminhos teórico-metodológicos, marcada por movimentos ininterruptos de superações na construção do conhecimento. O pensamento geográfico “não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”, se “justapõe e se supera, movimento que não pode ser limitado, nem definido claramente [...]”. (CARLOS, 2002, p. 163). Para a disciplina, a diversidade de paradigmas contribui significativamente, pois fomenta o constante debate e questiona o seu papel frente à sociedade.

Sobre essa pluralidade, Cidade (2001) aponta para as diferenças teórico-metodológicas, indagando se as mesmas podem ser chamadas de paradigmas. Valendo-se da flexibilidade que o conceito kuhniano permite, a autora considera que um paradigma envolve o compartilhamento de valores exercidos pelas comunidades científicas:

Ao longo da consolidação da geografia como campo de conhecimento e após a sua sistematização como ciência, no século XIX, apresentaram-se diferentes correntes teóricas e metodológicas. Os desdobramentos, rupturas e transformações e recombinações expressam-se até os dias atuais, também sob diferentes linhas. Na busca do conhecimento, diferenças de abordagem teórica e metodológica fazem parte da dinâmica normal de crescimento e consolidação de uma ciência. No entanto, há discussões sobre se diferentes correntes dentro de um corpo disciplinar constituem-se em paradigmas distintos (CIDADE, 2001, p. 102).

De acordo com Berry (1978), a Geografia presenciou um longo processo de transição paradigmática, pois mesmo em determinados períodos de sobrepujança de um paradigma, a disciplina sempre abarcou uma multiplicidade de abordagens, levando a coexistência de paradigmas. Ao afirmar a existência de dois grandes grupos paradigmáticos - o neopositivismo e o materialismo histórico - Galvão (1989, 2007) e Sposito (2001) corroboraram com esse posicionamento. Galvão não os denomina de

---

paradigmas, porém os chama de “momentos específicos do processo de renovação da Geografia no Brasil” (GALVÃO, 1989, p.16). Se incorporada a visão kuhniana, estes “momentos” seriam análogos a chegada da *ciência extraordinária* no processo de *revolução científica*. Todavia, nos respectivos possíveis momentos de *revolução científica* de ambos, o preceito do consenso não surtiu efeito diante da comunidade científica geográfica e, neste sentido, os novos paradigmas não conseguiram limitar a disciplina ao neopositivismo ou ao materialismo. Gusmão (1978, 2006) também realizou uma breve revisão nos estudos referentes ao campo e apontou para as tendências desse ramo dentro da Geografia. Assim como Galvão (1989), o autor procurou compreender os *enfoques preferenciais* que os estudos sobre o campo desenvolveram, (GUSMÃO, 1978, p. 57), também denominados de *paradigmas* (GUSMÃO, 1978, p. 62). Estes enfoques preferenciais e/ou paradigmas estão agrupados em três fases: 1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural. Contudo, diferentemente de Kuhn, a idéia de paradigma desenvolvida por Gusmão (1978, 2006) deixa claro que embora estes três paradigmas tenham alcançado ápice em determinados períodos, essas concepções se justapõem e influenciam o direcionamento das pesquisas.

De acordo com Andrade (1995) em debate realizado no XII Encontro Nacional de Geografia Agrária, em 1994, na Mesa-redonda intitulada *Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas*, a Geografia encontrava-se em um momento repleto de pluralismo paradigmático, fator fundamental para a ciência:

Admitamos que a Geografia brasileira chegou ao estágio das **opções as mais diversas, de domínio de um pluralismo que longe de homogeneizar, heterogeniza as soluções, trazendo um enriquecimento à produção científica**. Passaram as fases do tradicionalismo ambientalista, da geografia teorética, da geografia crítica marxista, da geografia da percepção, como fases “imperialistas” que **hostilizavam** uma as outras, para entrarmos em uma fase de maturidade em que os geógrafos se posicionem de acordo com sua formação filosófica e dialogam com aqueles de quem divergem (ANDRADE, 1995, p. 12-13, grifo nosso).

Ainda, para Andrade (1995), no que concerne aos estudos sobre o campo em escala nacional e internacional, seria perigoso formular uma única teoria para a compreensão da realidade:

No caso específico da Geografia Rural se teria dificuldade de generalizar uma teoria que explicasse, englobando a superfície da terra, de vez que o rural não se constitui uma unidade, em escala mundial, havendo um rural na Europa, outro na Ásia e outro na América Latina [...] Mesmo refletindo-se em função do espaço brasileiro, observam-se grandes diferenças entre as paisagens paulistas e do Sul do país e aquelas do Norte e no Centro Oeste, onde o processo de expansão da agricultura capitalista se encontra em formação, destruindo os remanescentes de uma produção de auto-consumo e o extrativismo (ANDRADE, 1995, p. 11-12).

Interessante é perceber a distinção terminológica utilizada pelos autores para a designação dos ramos da Geografia. Enquanto Andrade (1995) afirma-se favorável a uma Geografia Rural, Galvão (1989, 2007) e Gusmão (1978, 2006) irão endossar na defesa de uma Geografia Agrária. Andrade (1995) discute melhor essas terminologias, problematizando-as, diferenciando-as e conceitualizando-as de três formas: Geografia Rural, Geografia Agrícola/Agricultura e Geografia Agrária

Ao estudar o espaço rural, deve haver uma preocupação do geógrafo com o mesmo e com sua transformação em território, usando este estudo ora como geografia agrária, ora como geografia agrícola ora como geografia rural. Com o tempo, a variação de termos vem sendo diversificada, ora dominando uma expressão, ora outra; além disso, se tem procurado distinguir os termos e compreendê-los como o conteúdo por eles definido (ANDRADE, 1995, p. 7).

A Geografia Agrária “[...] estaria relacionada às “preocupações sociais, integradas à problemática da estrutura agrária e das relações de trabalho no meio rural [...]”; a Geografia Agrícola ou também denominada Geografia da Agricultura, diz respeito “[...] aos problemas de produção, de mercado, de produtividade e de rentabilidade.” (ANDRADE, 1995, p. 8). Entre os partidários de uma Geografia da Agricultura, José Alexandre Felizola Diniz afirma que a “[...] Geografia da Agricultura é uma análise espacial em que se procura descobrir por que as distribuições espaciais

estão estruturadas de uma determinada forma”. (DINIZ, 1984, p. 31). Diniz (1984) distingue a Geografia Rural da Geografia da Agricultura e completa:

A Geografia da Agricultura é mais restrita, fundamentalmente econômica, enquanto a Geografia Rural é mais ampla, tratando também das formas de povoamento, das questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação não-agrícola da terra rural e seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas (DINIZ, 1984, p. 31).

Acreditamos ser de suma importância a delimitação “fronteiriça” destas terminologias. O emprego de cada uma delas define as perspectivas adotadas pelos pesquisadores no estudo do campo. Saber diferenciá-las delimitam “territórios do saber”, isto é, paradigmas distintos (FERNANDES, 2008), e através deste reconhecimento é possível o mapeamento das influências de pensamento que a Geografia vem sofrendo ao longo dos anos.

Andrade (1995) faz referência às influências descritiva, quantitativa, sociológica e fenomenológica. Ao mencionar o quantitativismo, o autor destaca como seguidoras desse modelo explicativo, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Rio Claro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda de acordo com o autor, a influência da escola anglo-saxônica propiciou que os geógrafos prestassem uma atenção especial nos dados quantitativos e uma maior interdisciplinaridade com outros ramos do conhecimento, como por exemplo, a Economia.

Fernandes (1998) sinalizou para os paradigmas que o pensamento geográfico abarca, reconhecendo sua diversidade. “O embate entre “quantitativistas”, “tradicionalistas” e “críticos” proporcionou a existência de um espaço interativo para o debate teórico entre os geógrafos, o que resultou em diferentes propostas teóricas que se refazem a cada dia”. (FERNANDES, 1998, p. 8). Contudo, dentre o emaranhado de paradigmas que a ciência geográfica contempla, Fernandes (1998) destaca a Geografia Crítica como a mais disseminada atualmente em nosso país.

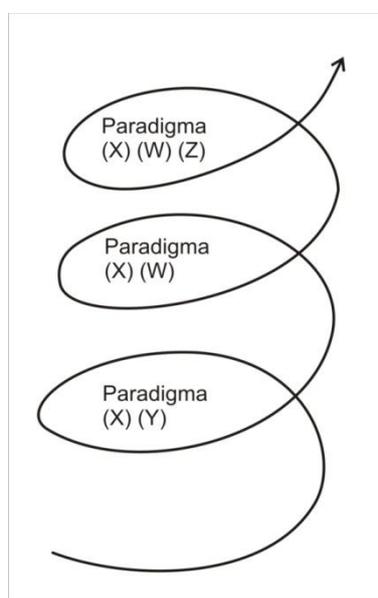
Após exatos dez anos, Fernandes (2008) balizou a discussão em direção aos paradigmas que hoje estão presentes para o estudo do campo, sistematizando os

estudiosos que se dedicam a esta temática em dois grandes grupos cujas posturas e interesses são distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). No PCA, a questão agrária não é encarada sob o enfoque do conflitualidade. À este grupo de estudos, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais. A solução respalda-se na integração dos pequenos produtores rurais ao sistema capitalista, ou seja, na pluriatividade, com a gradativa proletarização do camponês, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo. Por outro lado, existe outro grupo de estudiosos que orientam seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação do campesinato, da apropriação da riqueza produzida pelo campesinato. Este grupo aproxima-se de questões que buscam a superação do modelo excludente atual, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma forma de desenvolvimento para o campo. O PQA seria uma vertente de estudos oposta ao PCA, comprometendo-se com uma visão mais crítica sobre a realidade, enfocando a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não-capitalistas de produção.

Outro fato que corrobora com a multiplicidade paradigmática, diz respeito à contribuição das outras ciências à Geografia, fato que levou, em diversos momentos, a uma modificação de sua abordagem. Uma das críticas de George (1972) em relação à Geografia é exatamente a sua dependência em relação às outras ciências, já que a interdisciplinaridade e a interface despontam como características fundamentais da disciplina e já impôs conflitos de atribuição e delimitação do objeto de estudo com os outros campos do saber (CLOZIER, 1972). A heterogeneidade de enfoques acentuou ainda mais a situação, pois ao longo de sua trajetória, a “[...] Geografia tem cultivado um discurso e uma prática que são tanto sociais como naturais” (CIDADE, 2001, p. 100) na tentativa de interpretar sociedade. Como se não bastasse, constantemente o conhecimento produzido no interior dessa ciência é trazido à tona através da realização de levantamentos bibliográficos que ressuscitam as idéias em desuso, elemento que dificilmente tornam suas idéias obsoletas (JOHNSTON, 1986; STODDART, 1981). Toda essa complexidade que envolve a Geografia, marcada pela heterogeneidade paradigmática e pela amplitude, acompanha há anos o pensamento geográfico, de forma que sua validade como uma disciplina científica, provido de objeto e método próprio,

tornou-a freqüentemente questionável, resultando em fonte de preocupação para os geógrafos (CIDADE, 2001).

É claro que ao sinalizar para a pluralidade vivenciada pela Geografia, não se admite, como propôs Feyerabend (1977), a adoção do anarquismo epistemológico, isto é, na destituição do método. O intuito é esclarecer a forma de construção do conhecimento geográfico e sobressaltar a sua complexidade, como apresentado no esquema 2, que demonstra a multiplicidade paradigmática vivenciada pela Ciência Geográfica.



**Figura 2: Paradigmas na Ciência Geográfica**  
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

### *A incomensurabilidade das tradições científicas*

A segunda questão posta em discussão, diz respeito à incomensurabilidade das tradições científicas. Para Kuhn (2007), o período de *revolução científica* é responsável por trazer profundas transformações paradigmáticas, ou seja, é constituído por mudanças radicais que impedem o diálogo entre “velhos” e “novos” paradigmas, fenômeno chamado de *incomensurabilidade das tradições científicas*. Logo, segundo Kuhn (2007), a ciência sempre se desenvolve mediante a existência de eventos revolucionários, como indica o próprio título de seu livro.

---

“Apesar de Kuhn (2007) valorizar a dimensão histórico-social do empreendimento científico, seu determinismo ao definir os conceitos principais de sua teoria, provavelmente uma influência proveniente de seu campo de formação – Física –, implica em uma necessária descontinuidade.” (PARREIRAS, 2006, p. 171). É justamente em relação a essa descontinuidade na comunicação e no movimento de transição de um paradigma a outro que Condé (2005) faz críticas contundentes a Kuhn, já que esse critério não se mostra válido quando analisado a dependência histórica da atividade científica para qualquer área do conhecimento. A prática científica está associada a uma perspectiva histórica, em que as idéias que compõem um paradigma são marcadas por processos de continuidade entre os paradigmas e não de abruptas rupturas, ou seja, de *revoluções científicas*, como defendido por Kuhn (2007). Paradoxalmente, é interessante ressaltar que **Kuhn conseguiu captar as rupturas no entendimento da idéia de continuidade do positivismo linear, mas não conseguiu ver as continuidades nas rupturas ocasionadas nos períodos de crise entre a transição de paradigmas.** “O problema está exatamente na identificação do paradigma novo que vai, assim, condenar ao olvido o velho paradigma e abrigar todo o aparelho de uma renovação. Essa questão não pode ser resolvida fora da História [...]” (SANTOS, 1978, p. 157).

É oportuno aproveitar a polêmica que a noção de incomensurabilidade enseja para dar destaque à fonte que Kuhn obteve acesso e que serviu de base para que suas proposições fossem ser formuladas. Ludwik Fleck, autor da obra intitulada *Genesis and Development of a Scientific Fact*, publicado pela primeira vez em alemão<sup>iv</sup>, em 1935, inspirou Kuhn a assumir uma posição crítica em relação ao empirismo lógico. De origem judia e vivendo num contexto histórico-político liderado e controlado pelo Estado nazista, acredita-se que as condições da época eram desfavoráveis para a aceitação de sua obra e, por isso, Fleck não obteve a devida repercussão merecida (DELIZOICOV et al., 2002)<sup>v</sup>.

No prólogo da sua obra, Kuhn (2007) afirma que o livro de Fleck proporcionou a inspiração necessária para que suas idéias pudessem ser amadurecidas e elaboradas. É só a partir da publicação da obra de Kuhn, - mesmo ano do falecimento de Fleck (1962) -, que Fleck começa a ser tomado como referência por outros estudiosos. Mais

precisamente, é somente na década de 1980, com a realização de dois encontros que homenagearam Fleck, que a sua produção foi efetivamente redescoberta (PARREIRAS, 2006). Considerado o principal trabalho de Fleck (1979), nesta obra o autor faz uma análise sobre o desenvolvimento da sífilis, bem como das interpretações que o conceito adquiriu ao longo da história. A escolha da temática abordada em seu trabalho condiz com sua área de formação, já que o estudioso formou-se na Escola de Medicina, na Polônia. Desvendando os diferentes sentidos médicos atribuídos à sífilis, Fleck (1979) realizou um conjunto de reflexões que desmitificaram o pressuposto da verdade científica do seu regime absoluto, relativizando-o. Este ponto indica as aproximações entre Kuhn e Fleck, mas de fato, como será debatido, ambos possuem, também, pontos de divergência quando analisada a incomensurabilidade das tradições científicas.

Dada a sua antecedência com relação à Kuhn, Fleck (1979) pode ser considerado o precursor de uma epistemologia do conhecimento científico cunhada sobre uma dinâmica processual e de constantes transformações. Fleck enfocou os processos sociológicos, históricos, psicológicos e culturais que a atividade científica fundamenta-se, defendendo o “fato científico” como elemento efêmero, desprovido de uma verdade absoluta e constantemente passível de questionamentos.

Partindo desse posicionamento, Fleck (1979) opôs-se às visões de cunho positivistas<sup>vi</sup> de sua época e inaugurou uma nova abordagem, dependente dos aspectos históricos e contrária às premissas ancoradas na neutralidade científica. Fleck (1979) interpretou o desenvolvimento científico como parte inerente ao processo histórico que envolve a humanidade, marcado por sinais de continuidade. Tal raciocínio advém de uma formação edificada na corrente evolucionista com influência do darwinismo, em que o conhecimento é interpretado de modo linear, análogo a um sistema contínuo. Já Kuhn trata o conhecimento científico através das *revoluções científicas*, ou seja, considerando as rupturas e sem considerar as interdependências e as continuidades, tornando os paradigmas sempre incompatíveis, ou nas palavras de Kuhn (2007), *incomensuráveis* (PARREIRAS, 2006). Em consequência desse pensamento mais flexível, Fleck (1979) se posiciona de lado diferente no que tange à idéia de incomensurabilidade empreitada por Kuhn, pois mesmo admitindo a existência de dificuldades entre a comunicação de paradigmas, essa comunicação pode ser realizada,

embora possa ser feita de modo um tanto quanto precária. Sobre as duas obras, Parreiras (2006) esclarece:

Fleck, semelhantemente a Kuhn, percebe a possibilidade de um paralelo entre evolução darwiniana e desenvolvimento científico, porém, sua proposta evolucionária, por não assumir a idéia de incomensurabilidade, de revolução ou mesmo do conceito fechado de paradigma, parece oferecer respostas onde Kuhn encontra suas limitações. Além disso, os pressupostos desse médico polonês oferecem possibilidades para o melhor desenvolvimento e exploração da metáfora que o próprio Kuhn reconheceu como muito adequada para a história da ciência, mas que não foi capaz de desenvolver plenamente, devido à sua inserção numa tradição revolucionária (PARREIRAS, 2006, p. 180).

Como dito, Fleck não acredita em uma ruptura total, como argumentado por Kuhn, mas sim em “uma reorganização das práticas e teorias científicas que constituem um novo *estilo de pensamento*. Este processo implica numa certa relação entre os estilos, já que de acordo com Fleck, estilos de pensamento mantêm entre si estreitas ligações, além de se originarem um do outro (PARREIRAS, 2006).

Em parte, tais diferenças podem ser explicadas se analisadas as influências que cada um sofreu ao longo de suas jornadas acadêmicas, permitindo-os que elaborassem visões distintas: “[...] Fleck em um fundamento evolucionário e com referência nas Ciências da Vida, e Kuhn, revolucionário, com referência na Física.” (PARREIRAS, 2006, p. 182).

A seguir, o esquema 3 ilustra o desenvolvimento científico segundo a concepção kuhniana, ilustrando a idéia da incomensurabilidade:



**Figura 3: O desenvolvimento científico de acordo com Kuhn**

Fonte: Adaptação do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2007). KUHN, Thomas Samuel.  
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

De acordo com Oliveira (1995 e 1999), a história do pensamento geográfico foi e ainda é fortemente influenciada pelo *embate e debate* de três correntes filosóficas de pensamento: o positivismo, o historicismo – denominados nos dias de hoje, respectivamente, de neo-positivismo e neo-historicismo – e a dialética<sup>vii</sup>. Assim como Fleck (1979) que evidencia a relação entre estilos de pensamento, Oliveira (1995) reconhece a influência do positivismo nas outras correntes do pensamento, atingindo, por exemplo, o historicismo e o marxismo. Isso ajuda a compreender que os trabalhos realizados pelos geógrafos são passíveis de apresentar uma dimensão difusa, o que revela a condição de continuidade defendida por Fleck.

A difusão dessas idéias, particularmente do postulado de uma ciência axiologicamente neutra, apareceu também, fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Este fenômeno, revela antes de tudo, uma certa **dimensão positivista** no interior de vertentes destas escolas de pensamento (OLIVEIRA, 1995, p. 19, grifo do autor).

Com a institucionalização da Geografia no Brasil na década de 1930, foi a orientação de cunho positivista e neopositivista que encaminhou a produção do conhecimento geográfico até finais da década de 1980. Porém, mesmo neste período de forte influência positivista em que o pressuposto da neutralidade científica exercia papel preponderante para a legitimação da ordem social burguesa cometida pelo Estado, foi possível notar a presença de estudiosos que rompiam com tal pressuposto. Neste grupo destaca-se Manuel Correia de Andrade, crítico que, em 1963, com o lançamento da obra *A terra e o homem no Nordeste*, incorporou à Geografia a discussão sobre os movimentos de luta pela terra na região Nordeste brasileira (ANDRADE, 1986).

Visando discutir a problemática da fome, o médico e geógrafo Josué de Castro também foi além das questões tratadas pela Geografia de sua época, trazendo para o seu interior elementos até então ignorados pelos estudiosos. O autor preocupou-se em denunciar as desigualdades sociais e econômicas existentes no país, indo contra os temas investigados pela corrente francesa (CASTRO, 1967). Contudo, mesmo os autores que desenvolveram trabalhos perante uma vertente mais crítica, o positivismo esteve presente, atingindo também o historicismo e o marxismo<sup>viii</sup>. Ainda, a corrente

positivista, a partir da década de 1960, trajada com uma roupagem moderna e atraente – neopositivismo - permaneceu na Geografia. Oliveira afirma que “parece óbvio, insistir que o movimento neopositivista, também denominado de empirismo lógico, manteve praticamente, intacto esses postulados básicos, sobretudo este da objetividade/neutralidade.” (OLIVEIRA, 1995, p. 20).

Assim, Oliveira (1995) traz elementos importantes que ajudam na reflexão sobre o entrave da incomensurabilidade paradigmática postulada por Kuhn. A reincidência da corrente positivista mostra que, por vezes, diferentes paradigmas podem conviver entre si, havendo a retomada de princípios de um paradigma na formulação de um outro. Cidade (2001) argumenta sobre a hibridez das pesquisas em Geografia, enfatizando as permanências, rupturas e novos direcionamentos da disciplina e assegura que:

[...] As permanências podem ser consideradas continuções da geografia moderna inicial, que foram se atualizando e, em maior ou menor grau, incluindo formulações teóricas e metodológicas próprias. Exemplos de permanência são o determinismo ambiental, a geografia cultural a geografia regional e a geografia analítica. Os novos direcionamentos e rupturas representam o deslocamento da construção da temática em estudo, para refletir a adoção de perspectivas teóricas de compreensão da realidade diferentes das até então privilegiadas. Exemplos de novos direcionamentos são a geografia humanística [...] (SENHOR AVALIADOR: como é uma citação direta, a pontuação [...] utilizada pelo autor foi respeitada e exatamente transcrita neste trecho) a geografia marxista, crítica ou radical; as geografias pós-modernas; e a geografia de gênero (Peet, 1999). Assim como em outras áreas do conhecimento, a convivência entre paradigmas tradicionais e paradigmas renovadores também se refletiu na geografia (CIDADE, 2001, p. 115).

Em outro trecho, Oliveira (1995) destaca a hibridez das pesquisas e aponta a influência do historicismo junto à dialética:

Retomada, sobretudo, na década de 40 por um grupo de geógrafos franceses (Pierre George, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Jean Dresch, Jean Tricart, entre outros) a dialética constitui-se na base filosófica de parte das obras desses autores. Muitas vezes, a influência historicista mesclava os trabalhos dessa corrente (OLIVEIRA, 1995, p. 21).

Dessa forma, a Geografia e a Geografia Agrária seguiram dois caminhos: “de um lado desenvolveu-se um marxismo positivista, de outro um historicista.” (OLIVEIRA, 1995, p. 23). Assim, o estudo do campo brasileiro vem sendo realizado sob diferentes vertentes da corrente marxista. Entre as distintas interpretações da corrente marxista, Oliveira (1995) frisa a existência de pelo menos 3 vertentes marxistas no interior da Geografia:

[...] temos autores que acreditam que no Brasil existiu feudalismo, ou mesmo relações semi-feudais de produção. Por isso eles advogam a seguinte tese: **para que o campo se desenvolva é preciso acabar com estas relações feudais ou semi-feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo.** Para esses autores a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária é um instrumento que faz avançar o capitalismo no campo. [...] Outra vertente entende que **o campo brasileiro está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses devem desaparecer, pois eles seriam “resíduos” que o progresso capitalista extinguiria.** Ou seja, os camponeses ao tentarem produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos, ou mesmo, teriam que vender suas terras para saldar as dívidas (OLIVEIRA, 1995, p. 23, grifo do autor).

Bombardi (2003) também retoma a questão dos paradigmas na Geografia Agrária e atesta sua forma difusa e híbrida. Ao afirmar que a gênese da Geografia Agrária brasileira foi fundada pelo paradigma alemão historicista, em que as questões relativas às relações sociais permaneciam fora do debate acadêmico, a autora também aponta naquele momento para a hibridez paradigmática: “Evidentemente, não há um “purismo historicista”: há traços de positivismo especialmente na separação homem/natureza e, sobretudo, na força tremenda pela “neutralidade científica.”” (BOMBARDI, 2003, p. 45).

**Considerações finais:** a imprescindibilidade da abordagem paradigmática: contribuições e possibilidades para o estudo da Geografia

De fato, como elucidado, a produção intelectual da Geografia brasileira é marcada pela multiplicidade paradigmática. Se “transplantado” o conceito kuhniano, poder-se-ia afirmar que a Geografia nunca se firmou enquanto disciplina científica, na medida em que abrange uma multiplicidade de interpretações para o mesmo objeto de estudo. Igualmente, a incomensurabilidade paradigmática não poderia ser aplicada, já que existe a presença da hibridez no desenvolvimento de estudos, assim como também existe a insurgência de práticas e saberes que se compatibilizam com postulados pretéritos.

Como visto, dado um mesmo período histórico, o pluralismo paradigmático não faz parte da concepção kuhniana, ou melhor, faz, mas não como uma ciência paradigmática, mas como uma pré-ciência em seu estágio embrionário, ou seja, em sua fase pré-paradigmática. Por isso, coloca-se como imprescindível refletir sobre o significado original que o conceito de paradigma apreende no seu momento inicial, uma vez que recorrido o conceito postulado por Kuhn, as Ciências Humanas estariam no dever de se tornarem ciências paradigmáticas. Para Santos (1988),

Na teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn, o atraso das ciências sociais é dado pelo caráter pré-paradigmático destas ciências, ao contrário das ciências naturais, essas sim, paradigmáticas. Enquanto, nas ciências naturais, o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e de teorias sobre a estrutura da matéria que são aceitos em discussão por toda a comunidade científica, conjunto esse que designa por paradigma, **nas ciências sociais não há consenso paradigmático**, pelo que o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido (SANTOS, 1988, p. 21, grifo nosso).

Caso seja aceito de maneira apática e sem as devidas críticas e reflexões para o entendimento da ciência geográfica, o conceito de paradigma e todo o seu aparato explicativo, permeado, principalmente, pela ausência do consenso paradigmático no interior de sua comunidade científica, são empregados inadequadamente e ajudam a reforçar ausência reflexiva que tanto o conceito carece. Todavia, Kuhn (2007) alerta

para a peculiaridade das Ciências Humanas e reconhece sua particularidade: “permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas. A história sugere que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua.” (KUHN, 2007, p. 35). Kuhn (2007) também deixa mais evidente esse posicionamento ao afirmar que o grupo de pesquisadores ligado a Ciências Humanas está calcado em propostas conflitantes:

[...] tem constantemente frente a si numerosas soluções para tais problemas, conflitantes e incomensuráveis, soluções em que última instância ele terá que avaliar por si mesmo. Já o grupo dos cientistas naturais [...] dada a confiança em seus paradigmas, que torna essa técnica educacional possível, poucos cientistas gostariam de modificá-la (KUHN, 2007, p. 209).

Fazendo uma leitura sobre Kuhn, Assis (1993) demonstra que tanto as Ciências Naturais quanto Humanas estão situadas para além de fenômenos que fogem do campo da experimentação:

Nesse ponto, entra a leitura estreita de Kuhn. Aí, inverte-se o argumento positivista. Não é a física semelhante às ciências sociais (ou seja, não existiria entre elas apenas diferença de grau)? Kuhn não mostra — segundo essa leitura — que as ciências naturais carecem de base racional? Sim e sim. Logo, nem ciência social, nem ciência natural mereceriam logicamente o adjetivo *científico*. Elas estariam em pé de igualdade em termos metodológicos e, assim, ambas teriam o mesmo direito à cientificidade. Ou vale o mérito de *científico* para ambas ou para nenhuma delas. **Kuhn é apresentado como o autor que mostraria que o arcabouço lógico das ciências naturais não existe, não passa de retórica ou de ideologia** (ASSIS, 1993, p. 154, grifo nosso).

Corroborando com Alexander (1987), que afirma sobre o caráter multiparadigmático da Sociologia, às Ciências Humanas cabe percorrer um caminho distinto das Ciências Naturais. Seu objeto de estudo e formas de análises perpassam por canais que transitam sobre mais de uma matriz discursiva, interpretativa e política, uma vez que as posturas adotadas pelos pesquisadores ocasionam leituras distintas para o mesmo objeto. Empregar o uso do conceito de paradigma kuhniano sem retomar o seu contexto interpretativo e sem ressignificá-lo é, sem dúvida, mais uma tentativa de “engavetar” as Ciências Humanas sob o crivo científico das Ciências Naturais e da

“tirania” de uma lógica estritamente positivista. Thiollent (1992) argumenta sobre a especificidade das Ciências Humanas e postula:

No caso particular da pesquisa social (e também psicossocial), os fenômenos não possuem o caráter de perfeita repetitividade, como no caso de fatos mecânicos, e além do mais o papel do pesquisador nunca é neutro do campo observado.” [...]“Outro aspecto negativo do esquema hipotético associado ao experimentalismo – particularmente sensível em ciências humanas – está no fato de que, ao procurar as informações necessárias à verificação das hipóteses, o pesquisador é freqüentemente induzido a distorções quanto à observação dos fatos e à seleção das informações pertinentes. (THIOLLENT, 1992, p. 34).

De maneira geral, o conceito de paradigma empregado pelos cientistas sociais refere-se a dimensões mais amplas, dizendo respeito aos conflitos e disputas entre escolas de pensamento e/ou abordagens teórico-metodológicas (EKEBERG; HILL, 1979). Compreendemos que o conceito deve abranger uma dimensão relacional, em que paradigmas podem conviver paralelamente, pois conforme Moraes:

A compreensão do conceito de paradigma com base em um enfoque relacional, em que conceitos e teorias soberanos convivem com teorias rivais, está mais de acordo com o nosso ponto de vista, pois não apenas amplia o enfoque excludente de Kuhn, que faz desaparecer escolas e teorias rivais, a partir do surgimento de um consenso entre os membros de determinada comunidade científica, como também reconhece que as mudanças paradigmáticas convivem, simultaneamente, com outras experiências, teorias, outros conceitos ou fenômenos recalcitrantes que não se ajustam facilmente ao paradigma vigente (MORAES, 1997, p. 32).

A abordagem dispensada por Kuhn é margeada pelas grandes teorias e descobertas, característica peculiar das Ciências Naturais. Entretanto, deve-se ressaltar que, como exposto, as preocupações que afligem esse grupo não são as mesmas que inquietam as Ciências Humanas e, por isso, devem ser resguardadas suas especificidades, já que trazem interpretações sobre a sociedade e o espaço habitado, permeadas por constantes controvérsias e debates<sup>ix</sup> (SCHWARTZMAN, 1987).

O legado deixado pela proposta kuhniana é realmente indiscutível, sobretudo quando analisado e comparado aos estudos anteriores, cujo teor e conteúdo reflexivo

dispensado à abordagem paradigmática eram extremamente ínfimos. Apesar do conceito de paradigma não ter sido cunhado por Kuhn, é ele quem avança neste debate e abre espaço para que outros autores possam dialogar e elaborar um pensamento mais crítico. Desta forma, é a **partir** e não **através** das proposições elaboradas por Kuhn, que a discussão deve ser encaminhada, pois embora as duas questões aqui expostas dificultem a compreensão da Geografia, acreditamos que seu pensamento ilumina o debate aqui proposto pela seguinte razão: a proposta proporciona elementos críticos para a construção de uma interpretação coerente com a Ciência Geográfica, pois amparado por Fleck, Kuhn apresentou outro viés que até então estava velado e estremeceu as estruturas tradicionais empíricas. Kuhn trouxe a discussão para a disputa no interior das comunidades científicas e enfatizou a atuação destas no partilhamento e na seleção de paradigmas. Este selecionamento, embasado pelo método e pela teoria - também despontados na obra kuhniana e que merecem ser aprofundados - conformam *diferenças paradigmáticas* entre os estudiosos, isto é, indicam para a diferencialidade paradigmática que o pensamento geográfico apreende. Por diferencialidade paradigmática, compreende-se a diversidade das formas de organização do pensamento que, guiadas por um paradigma de estudo, fazem parte do pensamento geográfico, disputando adeptos, conformando grupos de pesquisa e consolidando linhas de pesquisa nos meios de publicação.

Esse debate qualifica o pensamento geográfico e possibilita desvendar a diferencialidade paradigmática, de maneira que os aspectos de compartilhamento, seleção e direcionamento que as comunidades científicas elegem para a construção de posicionamentos (KUHN, 2007) são primados. Todavia, como exposto pelas duas questões debatidas neste ensaio, o pensamento geográfico deve ser evidenciado por intermédio da multiplicidade paradigmática. A multiplicidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, da diversidade paradigmática que envolve os estudiosos em Geografia Agrária na interpretação do campo. Do mesmo modo, a multiplicidade também revela a *unidade*, de forma que são elegidos determinados paradigmas para a interpretação da realidade. Juntos, unidade e diversidade referendam a diferencialidade paradigmática.

A pluralidade da organização do pensamento e a dependência histórica são consideradas fundamentais para uma fecunda interpretação da Geografia. O sentido da proposta kuhniana deve ser amplamente discutido e debatido, já que a disciplina, ao longo de sua trajetória, apresentou-se imersa a um intenso debate paradigmático, disputando adeptos. Como visto, o conceito nasce ancorado sob especificidades e preocupações distintas daquelas que tangenciam as Ciências Humanas, o que impede de empregá-lo, em sua acepção original, para uma análise acurada da Ciência Geográfica. Para Santos (1996) os

[...] conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. [...] É à Geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulas de outros campos (SANTOS, 1996, p. 70-71).

Ao contrário da depreciação e desqualificação da proposta kuhniana, é através da dialética, respaldado pelo reconhecimento e pela superação das formas de pensar, que o processo de construção do conhecimento geográfico deve ser encarado. Para alcançar a superação, é necessário ultrapassar seus conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer a sua importância, pois é só a partir dos resquícios do passado que a superação torna-se possível. “A consciência primitiva, portanto, comporta elementos válidos [...], embora superados, depurados de suas interpretações [...]” (LEFEBVRE, 1983, p. 72). Ainda para Lefebvre,

Na superação, o que é superado é abolido, suprimido – num certo sentido. Não obstante, em outro sentido, **o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior;** certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação (LEFEBVRE, 1983, pp. 230-231, grifo nosso).

É justamente neste intento que o pensamento geográfico pode ser entendido, de forma que Kuhn não precisa ser “amortizado”. É só a partir de suas contribuições que a “importância sociológica do conjunto real de hábitos que caracteriza toda a ciência nova, e é anterior a qualquer formulação teórica, conseguiu estabelecer, como elemento central de sua filosofia, o concretismo essencial, característico da ciência.”

(MASTERMAN, 1979, p. 89). Kuhn foi capaz de vincular a “[...] natureza do conhecimento científico aos valores e critérios de decisão adotados pelos membros da comunidade científica, e associou revoluções científicas a mudanças de compromissos e de crenças comunalmente partilhados.” (FREITAS, 1998).

A complexidade e a imprecisão da era moderna não permitem que modelos explicativos rígidos e estáticos sejam realizados. A dinamicidade e o movimento da realidade realocam a todo instante nossas interpretações, o que coloca em evidência a imprescindibilidade do debate paradigmático na Geografia. É preciso que as Ciências Humanas tomem frente, isto é, que atuem como “motores”, recusando o positivismo lógico e valorizando os estudos baseados na esfera social. É necessária a proposição de uma reflexão epistemológica diversificada, isto é, que ponha em voga a diferencialidade paradigmática (SANTOS, 1988).

---

## Notas

<sup>i</sup> Este artigo traz parte das discussões que vem sendo desenvolvidas junto ao projeto de doutorado intitulado *A produção do conhecimento da Geografia Agrária: o papel dos grupos de pesquisa no estado de São Paulo*.

<sup>ii</sup> Todavia, mesmo diante desse quadro, estudiosos como Vitte (2009), Sposito (2001), Monteiro (1978), Fernandes (2008), Cidade (2001), Capel (1999), Johnston (1986), Santos (1978) e Gusmão (1978) dedicaram-se, de diferentes formas, a discutir o conceito na Geografia.

<sup>iii</sup> Embora a fundamentação teórica-metodológica deste artigo esteja embasada na dialética, argumentando para o princípio da superação, estas reflexões apenas apresentam as possibilidades e limitações que o conceito de paradigma traz à Geografia. O processo que conduz o conceito a sua superação vem sendo discutido na tese de doutorado e pode ser acompanhada em Campos (2010).

<sup>iv</sup> FLECK, Ludwik. *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache. Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv*. Benno Schwabe & Co. Switzerland: Basel, 1935.

<sup>v</sup> Entretanto, outras condições foram decisivas para explicar o pequeno impacto que a obra obteve. A dissertação defendida por Márcia Maria Martins Parreiras intitulada *Ludwik Fleck e a historiografia da ciência. Diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida*, defendida em 2006, aprofunda esta questão.

<sup>vi</sup> A década de 1930, período em que Fleck escreve sua obra, é caracterizada pela corrente neopositivista, conduzida pelos estudiosos que compunham o Círculo de Viena.

<sup>vii</sup> O autor ainda destaca o avanço dos estudos fenomenológicos no pensamento geográfico nos últimos anos.

<sup>viii</sup> Importante lembrar que o entrecruzamento de vertentes deve-se, também, a formação acadêmica dos estudiosos.

<sup>ix</sup> É pertinente atentar que o próprio surgimento das Ciências Humanas (século XIX) condensou-se sob os efeitos da lógica positivista, assentada no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano, concebidas de acordo com o modelo mecanicista das ciências naturais. Este modelo gerou a criação de duas vertentes distintas, consideradas antagônicas: a primeira e também a mais dominante, optou por dar continuidade à lógica positivista, aplicando ao estudo da sociedade os seus princípios, concebendo-a como um fenômeno natural, isto é, o reduzindo a sua dimensão mensurável; já a segunda, decidiu pela compreensão das particularidades inerentes aos seres humanos, avocando uma epistemologia própria (SANTOS, 1988).

## **Referências**

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 113-164, set./dez. 1993.

BERRY, Brian. Geographical theories of social change. In: BERRY, Brian. **The nature of change in geographical ideas**. Illinois: Northern Illinois University, 1978, p. 17-36.

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 12, n. 21, p. 41-53, 2003.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Cadastro e análise da produção dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do Estado de São Paulo**. 2010. Relatório de qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2010.

CAPEL, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América**. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: Eduem, 1999. 198 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões**. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 161-178, 2002.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. 332 p.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Terra Livre**, São Paulo, (nesta edição da revista não há referência ao volume) n. 17, p. 99-118, 2001.

CLOZIER, René. **História da geografia**. 3 ed.. Lisboa: Europa-América, 1972, 140 p. (Coleção Saber).

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão et al. (Org.) **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2005. p.123-146.

DELIZOICOV, Demétrio et al. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. especial, p.52-69, jun. 2002.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278p.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. Tomo 1: positivismo e hermenêutica. Durkheim e Weber. (primeira parte). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

EKEBERG, D. L; HILL, H.L.. The paradigm concept and sociology: a critical review. **American Sociological Review**, n. 44, p. 925-929, dez. 1989.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 2, não paginado, dez. 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERREIRA, Darlene Aparecida et. al. Geografia agrária na pós-graduação brasileira a partir dos anos 1970: uma proposta de leitura teórico-metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2008,

São Paulo. **Anais Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socioespaciais**". São Paulo: USP, 2008. p. 912-926. CD-ROM.

FLECK, Ludwig. **Genesis and development of a scientific fact**. Chicago: University of Chicago, 1979. 203 p.

FREITAS, Renan Springer de. Des-naturalizando Kuhn. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 12, n. 33, p. 185-196, 1998.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. **GeoNordeste**, Aracaju, ano 6/7, a revista não traz referência ao número p. 15-21, 1989-1990.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.2, n. 4, p. 5-18, ago. 2007.

GEORGE, Pierre. **Os métodos em geografia**. São Paulo: Difel, 1972. 119 p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 93-113.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. **Sessões Dirigidas...** Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 3-11, ago., 2006.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JOHNSTON, Ronald John. **Geografia e geógrafos**. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986. 359 p.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260 p.

LAUDAN, Larry et al..Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, vol. 19, n. 7, p. 7-89, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.

MASTERMAN, Margareth. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A (org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, p. 72-108, 1979.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977): um apelo à Filosofia da ciência para esclarecer o papel do método na solução de uma crise de identidade epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. **Anais...**São Paulo: AGB, p. 1-255, 1978.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 13 ed. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Práxis).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 17-57, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

PARREIRAS, Márcia Maria Martins. **Ludwick Fleck e a historiografia da ciência: diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida**. 2006. 204f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972. 567 p.

RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas - uma revisão de perspectivas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 340-348, set./dez. 1994

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1978. 236 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

SCHWARTZMAN, Simon. Paradigma e espaço das ciências sociais. Comentários ao artigo "o novo movimento teórico" de J.C. Alexander. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 6-33, jun. 1987.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, **Terra Livre**, ano 1, n. 16, p. 99-112, 2001.

STODDART, David Ross. Ideas and interpretation in the history of geography: In: STODDART, David Ross. **Geography, ideology and social concern**. Oxford: Blackwell. 1981. p. 1-17.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 108 p.

VITTE, Antonio Carlos. Teorias do método científico e geografia. Um ensaio a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn. In: MENDOÇA, Francisco de Assis et. al (Org). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 91-106.

**\*Recebido em 01/12/2010**

**Aceito para publicação em 22/02/2011**